

NOVAS FORMAS DE SOCIABILIDADE NAS METRÓPOLES CONTEMPORÂNEAS: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DO USO DO GRINDR

Tarcísio Bezerra Martins Filho¹

RESUMO:

Perguntamo-nos: como se reconfiguram as novas formas de sociabilidade na metrópole contemporânea? Pensamos esta questão a partir do Grindr, um aplicativo para *smartphones* voltado para homossexuais masculinos, observando como ele funciona e como a cidade, neste contexto, é ocupada. A partir de dados colhidos no próprio site do aplicativo e da experiência de uso de alguns usuários, observamos como o Grindr promove o que Guattari (1992) observou como uma forma de subjetividade homogênea. Desta forma, entendemos que o mesmo que não só atua contra o modelo de cidade moderna como também perpetua os novos códigos contemporâneos.

Palavras-Chave: *comunicação urbana; culturas midiáticas; sociabilidade; novas tecnologias; homossexualidade*

¹ É graduado em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pela Universidade de Fortaleza (Unifor) e Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor de cursos de Comunicação (Jornalismo e Publicidade) e Design Gráfico na Faculdade 7 de Setembro (Fa7) e na Universidade de Fortaleza (Unifor). Email: tarcisiobmf@gmail.com

Cidades e Modelos Citadinos: a cidade moderna e a anticidade

O que é uma cidade? Jacques Le Goff (1998) nos provoca ao pensar a cidade como um “espaço de troca”. Lewis Mumford nos apresenta uma definição semelhante, ao sugerir que a cidade deve ser compreendida antes pela sua característica magnética, isto é, pela sua capacidade de atrair indivíduos diferentes para o seu núcleo, do que pela sua característica de *container*, um aglomerado de bens, pessoas e serviços.

[...]mesmo antes da cidade ser um lugar de residência fixa, ela começou como um lugar de encontro que se retorna periodicamente: o magnetismo vem antes do container, e essa habilidade de atrair não-residentes para si por intercuro e estímulo espiritual não maior que a troca, mantém um dos critérios essenciais da cidade, a testemunha de seu próprio dinamismo, como oposto ao modelo fixo e intimista da vila, hostil aos estrangeiros². (Mumford, 1961, p. 9)

É esta imagem da cidade que abordamos neste artigo: o lugar da produção de diferença, da produção coletiva do espaço público heterogêneo.

Neste sentido, as cidades modernas nos trazem algumas questões importantes. Em primeiro lugar, deve-se à modernidade tanto o aparecimento das capitais (e das políticas centralistas) quanto o aumento considerável das populações (Mumford, 1961). A multidão, um fenômeno relativamente raro nas cidades antigas e medievais, começa a ganhar destaque no espaço público da metrópole moderna, especialmente a partir da consolidação de sua forma sócio-urbanística a partir de meados do século XIX.

Paris é um exemplo icônico. Na gestão de Haussmann, a reestruturação da capital francesa foi um marco na consagração da cidade como o exemplo de metrópole moderna. O prefeito tornou-se conhecido por suas grandes transformações no espaço público. Para materializar seus planos foram realizadas grandes demolições que o levaram a ser conhecido como “o artista demolidor”. Harvey cita um exemplo bastante da grandeza das ambições urbanísticas do gestor: quando o arquiteto Hittorf apresentou seus projetos para um novo *boulevard*, Haussmann retornou dizendo: “não é amplo o suficiente... você o tem em 40 metros

² Em tradução nossa: “[...] thus even before the city is a place of fixed residence, it begins as a meeting place to which people periodically return: the magnet comes before the container, and this ability to attract non-resident to it for intercourse and spiritual stimulus no less than trade remains one of the essential criteria of the city, a witness of its inherent dynamism, as opposed to the more fixed and indrawn form of the village, hostile to the outsider”.

de largura e eu o quero em 120” (Harvey, 2009, p. 10). O principal impacto, conforme afirmamos, foi a mais radical transformação urbana presenciada em Paris. Uma mudança que não poderia ser restrita às construções. Seria incompleto observar a cidade moderna apenas por meio de suas características físicas, é necessário levar a questão ao domínio da cultura.

De acordo com o filósofo alemão Walter Benjamin (1994, p. 186), certa vez, o dramaturgo austríaco chamado Hoffmannstahl descreveu a Paris moderna como uma “paisagem construída puramente de vida”. A citação nos faz pensar sobre esses elementos não arquitetônico-urbanísticos, visíveis apenas na experiência do cotidiano citadino. Eles são, antes de tudo, experimentados nas ruas, por meio de práticas sociais. No caso parisiense, acontecimentos como a ascensão da burguesia ao poder, a grande densidade de pessoas e as transformações urbanas de Haussmann estão profundamente relacionados com uma nova e pujante cultura urbana que se dedicava, principalmente, à ocupação coletiva dos espaços públicos (no caso de Paris, ocupava-se, especialmente, os parques, os *boulevards*, as ruas e as galerias). Eis a principal característica do modelo de cidade moderna para além da urbanização. Todavia, muitos foram os que viram efeitos nocivos nessa nova cultura urbana. Segundo o historiador americano Richard Sennett (2002), as reais intenções do modelo de Haussmann consistiam-se acerca de uma homogeneização. Um efeito cuja consequência para as urbes seria a impessoalidade, um produto do capitalismo industrial. Em um de seus textos mais conhecidos, “A metrópole e a vida mental”, o sociólogo alemão Georg Simmel (1973) afirma que a grande cidade criou condições psicológicas específicas que viriam a gerar um tipo particular de indivíduo, um “tipo metropolitano”. Este, por sua vez, difere completamente daquele presente na pequena cidade. Segundo o autor, a metrópole é responsável por uma grande quantidade de estímulos que, se fossem internalizados, levariam o sujeito a uma “impensável condição mental”. Para defender-se, o “tipo metropolitano” teve que desenvolver uma certa atitude *blasé*, isto é, um constante estado de reserva. A cidade moderna, para Simmel, caracteriza-se, então, pela independência dos indivíduos que se preservam dos estímulos externos por meio de um rigoroso arranjo de barreiras psicológicas.

Sobre a vida moderna, Benjamin (1993, p. 119) afirma que “ficamos pobres, abandonamos as peças do patrimônio humano para receber a moeda miúda do atual”. O autor se refere a uma nova forma de miséria engendrada a partir da modernidade. Diante da impossibilidade de uma “experiência tradicional”, encontramos a mera “vivência” do indivíduo. Constantemente, observa-se a ruína da experiência por meio da informação. O

homem moderno, diante da informação fácil e acessível, não encontra espaço para essa experiência. Até mesmo o romance, segundo Benjamin, encontra eco na simplória “vivência”, pois na base dessa escrita está o indivíduo solitário. Isto é, aquele que não mais intervém, mas que faz “uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (Benjamin, 1993, p. 201). Ainda segundo o autor, não há mais troca verdadeira quando os indivíduos se atomizam, quando cada um cria o seu próprio núcleo. A personalidade moral, independente e autônoma que qualifica o sujeito representa a base da modernidade e a principal crítica do filósofo alemão.

Apesar de certo pessimismo, o autor também nos apresenta outro personagem da metrópole, talvez na esperança de destinar um fim menos apocalíptico à experiência moderna. Oriundo também dessa nova atmosfera urbana, a figura do *flâneur* é um indivíduo que, ao contrário dos demais passantes em constante estado de reserva, ostenta grande atividade mental criativa. Essa figura importante na obra benjaminiana destaca-se na multidão.

A rua se torna moradia para o *flâneur* que, entre as fachadas dos prédios sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivania onde apoia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente. Que a vida em toda a sua diversidade, em toda a sua inesgotável riqueza de variações, só se desenvolva entre os paralelepípedos cinzentos e ante o cinzento pano de fundo do despotismo. (Benjamin, 1994, p. 35)

Sem as condições ideais, segundo o autor, o *flâneur* jamais existiria. Foram necessárias as reformas urbanísticas na Paris de meados do século XIX para que a *flânerie* florescesse. Se, antes de Haussmann, Paris era insalubre para este personagem, a nova cidade era um convite a uma “experiência” nas ruas marcada pela presença do outro.

Sennett (2002) afirma que foi justamente a busca por quebrar os efeitos nocivos da cidade no começo do século XX que fizeram emergir alguns dos principais argumentos em defesa da atmosfera moderna. Ao promover um rico “espaço de trocas” (Le Goff, 1998), o modelo de cidade moderna possibilitou, em grande escala, um intenso encontro com desconhecidos. Cada desconhecido na rua possui uma vida única que não poderia ser igual ao de qualquer outro passante na multidão. É essa exposição à heterogeneidade que possibilita uma espécie de “comunicação” característica dos meios urbanos heterogêneos.

A antropóloga Janice Caiafa (2007, p. 20) aponta algumas qualidades que acreditamos ser potencializadas nesse modelo urbanístico: a forte “densidade” aliada às possibilidades de “dispersão”, de “circulação” e de “acesso”. Como efeito, a autora observa que se gera uma experiência com a *alteridade*.

Nesse espaço coletivo se dá a mistura propriamente urbana e em alguma medida uma dessegregação, mesmo que sempre provisória e local. Cria-se um *espaço de contágio com outros e estranhos* onde há uma imprevisibilidade que o confinamento familiar não permite, onde há mesmo ou pode haver uma criatividade maior dos processos subjetivos. (Caiafa, 2007, p. 20-21, grifo nosso).

Desta forma, segundo Caiafa (2007), a cidade poderia assumir-se, em contraste com os espaços onde se reina o previsível, o familiar, o conhecido, como um “espaço de exterioridade”, isto é, um espaço “feito de fora” em que é gerada uma heterogeneidade capaz de produzir “efeitos interessantes, dispersando as recorrências do familiar, provocando encontros, introduzindo o imprevisível na vida dos habitantes da cidade, evitando a repetição rotineira” (Caiafa, 2007, p. 119-120). Em tal ambiente, possibilita-se o florescimento de um “gênero de subjetividade” (Guatarri, 1992) que se afirma contra a miséria subjetiva? Em tais casos, os transeuntes deparam-se diante de arranjos subjetivos que constantemente lhe interpelam criativamente. Essa experiência coletiva e rica nesses processos é um fenômeno que Caiafa compreendeu como sendo uma “aventura própria das cidades”, isto é, uma “experiência expandida de outrem, a produção de um espaço feito de fora, um devir estrangeiro de todos, uma abertura subjetiva” (Caiafa, 2007, p. 122). Ela só vingará, como explica a autora adiante, a partir da produção do coletivo: “garantir o coletivo, lugar onde o imprevisível pode trazer a diferença, é condição fundamental para essa aventura” (Caiafa, 2007, p. 128). Mas, em torno das transformações urbanas, vemos florescer já na primeira metade do século XX, uma nova forma de urbanização nas grandes cidades.

Richard Sennett (2011), assim como os demais membros da chamada Nova Esquerda, acreditava que o desmonte das disciplinas³ seria capaz de gerar comunidades, estabelecer “relações pessoais diretas de confiança e solidariedade, relações constantemente negociadas e renovadas, um reino comunitário no qual as pessoas haveriam de tornar-se sensíveis às

³ As instituições disciplinares que se refere Sennett (2011) caracterizam-se por operar seus regimes por meio de confinamentos. Essa questão será discutida a seguir neste trabalho a partir das problematizações feitas por Deleuze (2010).

necessidades umas das outras” (Sennett, 2011, p. 12). Todavia, a história mostrou perversamente que as forças do capitalismo poderiam adaptar-se à ausência das disciplinas. Foucault (*apud* Deleuze, 2010) aponta o começo do século XX como o apogeu das sociedades disciplinares. Estas se caracterizam pelos grandes meios de confinamento, tendo a prisão como um modelo por excelência. Na narrativa disciplinar, o indivíduo não cessa de passar de uma instituição para outra: a família, a escola, a fábrica, o hospital e, eventualmente, a prisão. Estas instituições visam “concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito seja superior à soma das forças elementares” (Deleuze, 2010, p. 223). O que Foucault também argumenta é que essa forma de sociedade prenuncia o seu fim e testemunha o nascimento de uma nova lógica.

Deleuze ensaia, então, sobre as sociedades de controle. Nestas, predomina-se a continuação infinda das atividades, não mais uma após a outra, em uma lógica linear, mas uma ao lado da outra, em um constante deslizar pelas instituições. Assim, prenuncia-se o fim dos confinamentos: ao invés “das antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado”, “formas ultrarrápidas de controle ao ar livre” (Deleuze, 2010, p. 224). Ainda conforme o autor, o indivíduo e a massa – elementos em destaque nas sociedades disciplinares – dão lugar à senha – que impede ao mesmo tempo que permite o acesso às informações⁴. Nessas condições, “pode ser difícil perceber que se está sendo controlado e essa ilusão de liberdade é um componente fundamental pra o exercício do novo poder” (Caiafa, 2011, p. 138). Enquanto que, nas sociedades disciplinares, a fábrica era a “instituição dominante”, nas sociedades de controle a empresa é que ostenta essa posição. A empresa tornou-se a “alma” das sociedades de controle e o marketing, seu “instrumento de controle social”, afirma Deleuze (2010, p. 228).

Do ponto de vista cidadão, enseja-se não só uma nova forma de se relacionar com a sobrevivente urbanização moderna, como também a instauração de um novo modelo de cidade. Mas como tal transição de um modelo para outro está ocorrendo? E quais são as soluções urbanísticas registradas nessa nova cultura urbana?

Para tal empreitada, retornemos ao auge da Modernidade, em especial, ao começo do século XX. Conforme já vimos, a cidade moderna desenvolveu-se entre os espaços públicos.

⁴ No âmbito das cidades, vale lembrar uma ilustração proposta por Guattari (Deleuze, 2010). O filósofo “imaginou uma cidade onde cada um pudesse deixar seu apartamento, sua rua, seu bairro, graças a um cartão eletrônico (individual) que abriria as barreiras; mas o cartão poderia também ser recusado tal dia, ou entre tal e tal hora; o que conta não é a barreira, mas o computador que detecta a posição de cada um, lícita ou ilícita, e opera uma modulação universal” (Deleuze, 2010, p. 229).

Do ponto de vista urbanístico, grandes *boulevards*, galerias, praças e parques foram consolidados. Do ponto de vista da sociabilidade, produziu-se uma nova experiência urbana que potencializou a ocupação de tais territórios, o encontro de desconhecidos e a alteridade. Os efeitos negativos dessa sociedade foram objetos de muitos estudos, conforme também já vimos. Mas apesar das crescentes críticas, a perspectiva monumental de Haussmann, o artista demolidor, foi amplamente adotada em outras cidades europeias, além de influenciar outras tantas cidades no mundo⁵. Todavia, no plano de discussões teóricas do urbanismo, desde o final do século XIX com Camillo Sitte⁶, já se falava sobre os aspectos negativos do modelo de urbanização hegemônico à época. Argumentavam que:

[...]somente quando a escala e as funções da vida urbana retornarem à simplicidade da antiga era medieval, é que as pessoas encontrarão o tipo de apoio mútuo e o contato direto que fazem da cidade um ambiente valoroso.⁷ (Sennett, 2002, p. 294)

A busca pela “comunidade” ganhou ainda mais força alguns anos depois, já nas primeiras décadas do século XX. Falava-se em reconstruir os elos perdidos no modelo de cidade moderna por meio da exploração de identidades. Esse momento pode ser definido como a “celebração dos guetos” (Sennett, 2002, p. 295). Sennett afirma que as barricadas (simbólicas e/ou físicas) construídas ao redor das comunidades, apesar de sua intenção primeira, provocaram efeitos nocivos que, conforme relacionamos, atingem principalmente os processos subjetivos.

[...]espaços não familiares servem positivamente na vida dos seres humanos. Essa função serve para habituar o indivíduo a correr riscos. O amor ao gueto, especialmente ao gueto da classe média, nega ao sujeito a possibilidade de enriquecer suas percepções, suas experiências, e aprender a mais valiosa das lições humanas, a habilidade de questionar o que já está estabelecido na vida”.⁸ (SENNETT, 2002, p. 295)

⁵ Um dos exemplos mais icônicos no Brasil foi, certamente, a urbanização do Rio de Janeiro materializada por Pereira Passos, no início do século XX.

⁶ Camillo Sitte foi um arquiteto austríaco que analisou as cidades na história. Foi um dos principais críticos das cidades modernas no final do século XIX, em especial dos espaços monumentais de Haussmann.

⁷ Em tradução nossa: “[...] only when the scale and functions of urban life returned to the simplicities of the late medieval era would people find the kind of mutual support and direct contact with each other which makes the city a valuable environment”.

⁸ Em tradução nossa: “[...] unfamiliar terrain serves a positive function in the life of the human being. The function it serves is to accustom the human being to take risks. Love of the ghetto, specially the middle-class ghetto, denies the person a chance to enrich his perceptions, his experience, and learn that most valuable of all human lessons, the ability to call the established condition of his life into question”.

O espaço coletivo e a multidão, em especial, opõem-se drasticamente a esse formato: “são antíteses”, declara Sennett (2002, p. 298). As possibilidades de encontro com a diferença, argumentadas a respeito da cidade moderna, minguam-se em ambientes guetificados.

Além dos guetos, há ainda outro vetor importante desse novo regime citadino: as privatizações. Caiafa (2007, p. 21-22) observa, utilizando um exemplo dos Estados Unidos, como “uma reorganização da comunicação e do universo do transporte vai ter um efeito bombástico sobre elas [as cidades]”. No caso dos transportes, ainda segundo a autora, o desenvolvimento da indústria automobilística impulsionou um intenso processo de suburbanização e, conseqüentemente, o esvaziamento dos centros urbanos. As atividades passaram então a se concentrar em áreas despovoadas, tendo o *shopping center* como núcleo (Caiafa, 2007).

A antropóloga também afirma que a televisão, por sua vez, foi outro agente importante nesse processo. Por também reter, ela colabora com o esvaziamento dos centros urbanos, não possibilitando a “mistura urbana” (Caiafa, 2007, p. 22-23). O mesmo pode ser dito em relação às compras feitas pelo computador ou via telefone. Nos exemplos da autora, tanto o entretenimento como os serviços econômicos passaram a ser fornecidos longe dos centros urbanos, em núcleos dispersos onde, a rigor, “não existem mais cidades, mas conjuntos de áreas metropolitanas que reúnem subúrbios residenciais de baixíssima densidade demográfica” (Caiafa, 2007, p. 22). Situação semelhante é aquela observada a partir do progressivo aumento de condomínios fechados, elementos que se tornaram uma realidade cada vez mais visível no contexto urbano brasileiro.

Sennett (2002) observa que os arquitetos e urbanistas de hoje dificilmente promoveriam grandes mudanças no espaço citadino no nível das transformações experimentadas em Paris, na época de Haussmann. Assim, planejam-se pequenos projetos de cidades⁹ que, por reterem em comunidades, evitam uma “relação ativa” com o espaço urbano (Caiafa, 2007).

A conseqüência imediata para a *cidade privatizada* é o que Sennett (2002) anuncia como o declínio dos espaços públicos. Podemos observar, por exemplo, o caso das praças.

⁹ Ricardo Freitas (2005), ao observar o bairro “Barra da Tijuca” no Rio de Janeiro, considera que os condomínios fechados funcionam como uma espécie de “ilha urbana”. Os habitantes dos condomínios tem a sua disposição uma variedade de opções de serviços que os tornam “independentes” do restante da cidade. Esse processo “valoriza a privacidade, o anonimato e a liberdade individual” (Freitas, 2005, p. 27). Do ponto de vista dos estudos midiáticos, o autor observa que os jovens que moram em tais condomínios “só experimentam a cidade por intermédio de telas” (Freitas, 2005, p. 24): a tela do computador, a televisão, o outdoor luminosos etc. Enfim, trata-se não só de uma nova forma urbanístico-arquitetônica, mas de uma nova cultura urbana excêntrica à história das cidades.

Esses espaços que funcionaram como ponto de encontro na cidade moderna tornaram-se meros “sobreviventes” contemporaneamente. Claudia Natenzon (1995) faz essa constatação a partir da observação de uma praça em Buenos Aires. Seguindo os rastros de Mumford, a autora observa, por meio de um exemplo estadunidense, que as praças e parques de certa cidade tornaram-se estacionamentos, “un desierto de asfalto, destinado a recibir y aguantar los automóviles”¹⁰ (Mumford, 1969 *apud* Natenzon, 1995, p. 135). Mas o que faz uma praça perder sua relevância no contexto urbano? Segundo a autora, isso ocorre pela falta de reconhecimento de seu valor econômico. O caso de Natenzon (1995) é um exemplo de como a lógica da empresa, que antecipou Deleuze (2010) em relação às sociedades de controle, está presente nos novos regimes. Na cidade privatizada, os espaços precisam ser atrativos para negócios. Cada vez mais, nesse contexto, a produção de espaços coletivos se vê ameaçada pela privatização de todas as instâncias de vida.

Mas o que se perde na nova cultura urbana em relação à experiência anterior? A principal vítima é a alteridade, acredita Caiafa (2007, p. 25): “nesses espaços predominam o reconhecimento e a previsibilidade. São encontros previsíveis entre conhecidos e a rigor o coletivo não se produz”. Pouco ou quase não se produz heterogeneidade. Conforme Guattari (1992, p. 115), essas cidades atuam a favor do “rolo compressor da subjetividade capitalística, [...] da unidimensionalidade, do equívoco generalizado, da segregação, da surdez para a verdadeira alteridade”. Os espaços guetificados e/ou privados controlam acessos e regulam aquilo que poderia ser espontâneo nos espaços públicos coletivos. Assim, proporcionam uma espécie de segregação, reagrupando de forma homogeneizada os diversos indivíduos, além de afetar a vida pública urbana.

Conforme vimos a partir de Mumford (1961), a cidade, desde seus primórdios, estabeleceu-se antes como um espaço de encontro (sua função magnética), do que como um “container”. Todavia o novo modelo cidadão atua, a rigor, conforme Sennett (2002) e Caiafa (2007), contra essa função de troca que marca a história das urbes. Trata-se, portanto, de uma forma de “*antacidade*” (Caiafa, 2007). Nela, o container parece preceder o magnetismo urbano, e as relações de troca entre desconhecidos é inviabilizada ou minguada.

¹⁰ Em tradução nossa: “um deserto de asfalto, destinado a receber e a guardar automóveis”.

Sociabilidade entre homossexuais masculinos nas cidades contemporâneas

Há um tom de marginalidade quando pensamos em como os homossexuais masculinos ocuparam as cidades. Se nos referimos a uma margem é porque entendemos que a heteronormatividade é concebida socialmente como centro. Nas palavras de Deleuze (1995), estar no centro significa assumir uma postura *maior*. Maior, no entanto, nada tem a ver com quantidade, mas com um “estado de poder” (Deleuze, 1995, p. 52). Os grandes centros, frequentados pela “elite padrão” heteronormativa coibiu a entrada de outras “identidades”. Marianne Blidon (2008 *apud* Farias, 2012), uma pesquisadora interessada nessa relação entre geografia de gêneros, produziu um plano cartesiano onde destaca os locais frequentados por esses grupos nos espaços urbanos. Vejamos na Figura 1, abaixo:



Figura 1 – Tipologia de espaços urbanos sexuais e de gênero por grau de masculinidade/feminilidade e de heteronormalidade (+) (-). Fonte: reprodução de Blidon (2008 *apud* FARIAS 2012).

A imagem nos permite afirmar a hegemonia da heteronormatividade masculina em relação aos demais. Neste contexto da autora, os homossexuais masculinos são vistos como ocupantes incomuns da cidade. Eles mergulham em uma espécie de cidade escondida em becos, guetos e casas de lazer que são desconhecidas por grande parte dos demais cidadãos. Neste plano teórico, os banheiros públicos, as estações de metrô, o fundo dos ônibus são potencialmente espaços de sociabilidade entre homossexuais.

Contudo, como pensar tal a partir das cidades contemporâneas, isto é, dessas cidades que, segundo desenvolvemos na primeira parte deste artigo, estão cada vez mais privatizadas,

envolvidas em processos homogêneos que contradizem a própria definição de cidade que apostamos? A cidade voltada para o controle, em suma, a *antacidade*, parece também produzir formas de sociabilidade, mesmo que excêntricas àquelas que vimos nas cidades modernas.

Acreditamos que a condição dos homossexuais na cidade não é a mesma. Assim como as dinâmicas citadinas, as relações dos homossexuais com os demais cidadãos e com o espaço público vêm sofrendo transformações que nos permitem pensar a questão que colocamos. É neste contexto que observamos as tensões entre as tecnologias da comunicação e as urbes.

Certamente não a única, mas uma das principais formas de sociabilidade entre homossexuais masculinos hoje nas grandes metrópoles é um aplicativo para *smartphones* chamado *Grindr*. Mais de 4 milhões de pessoas no mundo participam do aplicativo, que é a maior rede social móvel existente para este público específico. Ela recebe aproximadamente 10 mil novos usuários por dia, segundo a página de seus desenvolvedores (Grindr 2012).

Seu uso é restrito a usuários de telefones móveis que utilizem uma das três principais plataformas disponíveis do mercado: iOS (Apple), Android e Blackberry. Para utilizá-lo, o usuário necessita baixar uma das duas versões do aplicativo: o Grindr Xtra (que é pago) ou o Grindr (gratuito). Nesta última, é possível criar um perfil e – a partir da tecnologia de geolocalização de *smartphones* – buscar outros perfis que estejam próximos ao usuário. É este o principal diferencial da rede social: ele mensura a distância entre usuários e os organiza por ordem de proximidade. Na tela principal, um grid de fotos demonstra essa funcionalidade em até 100 usuários diferentes.

possível ver os demais perfis, conversar, trocar fotos e dados de geolocalização. O objetivo do aplicativo é, conforme vemos no site do desenvolvedor, aproximar pessoas até a distância “0 feet”.

com *Grindr*, ‘0 pés de distância’ não é só um bom slogan que estampamos em camisetas. É um estado de espírito, um estilo de vida – uma nova forma de experiência em encontros. Desligar o *Grindr* e estar lá em pessoa com o cara que você estava conversando é o objetivo final do aplicativo. Estar a 0 pés de distância é nossa missão para você”.¹¹. (Grindr, 2012)

A versão paga do aplicativo tem como principal diferença o aumento do número de usuários exibidos de 100 para 300, além da eliminação dos *banners* de propaganda presentes no layout da versão gratuita (cf. Figura 2).

¹¹ Em tradução nossa: “ With Grindr, “0 Feet Away” isn't just a cute slogan we print on our T-shirts. It's a state of mind, a way of life – a new kind of dating experience. Turning Grindr off and being there in-person with that guy you were chatting with is the final goal of using the app. Being 0 feet away is our mission for you”



Figura 2 – Layout padrão do Grindr. Em linha reta horizontal, quanto mais próximo do usuário (o primeiro perfil, destacado com uma borda amarela), mais próximo fisicamente. Na página do perfil do usuário é possível medir a distância em metros ou pés. Fonte: reprodução do site do *Grindr*.

Em suma, um usuário conectado ao *Grindr* pode conhecer pessoas *online*, mas tendo como diferencial a possibilidade de ter como critério a proximidade física. Na prática, o *Grindr*, apesar de possibilitar o armazenamento usuários favoritos, é preferencialmente usado para conhecer novas pessoas, desconhecidos, conversar e, provavelmente, marcar um encontro. E como há muita mobilidade nas cidades, a todo instante os usuários se reposicionam no grid: ora se aproximando, ora se distanciando.

Há, portanto, uma relação especial entre o aplicativo e as cidades. O conceito que buscamos no começo, da cidade como espaço de trocas, pode ser amplamente investigado nesse contexto. Pensemos em algumas dessas questões. Primeiramente, é possível vermos que quanto maior a cidade, ou quanto maiores são as intensidades das trocas, maiores são as possibilidades de participar ativamente do dispositivo móvel. Em uma cidade pequena ou em uma zona rural, dificilmente o *Grindr* terá tamanha relevância. Isto, pois, ele depende desse movimento que só a metrópole é capaz de produzir. Em segundo lugar, podemos pensar a respeito da objetividade do encontro no Grindr. A proximidade espacial, o encontro consumado, já vem rodeado de comunicações previamente estabelecidas em um ambiente *online*. Perde-se a abrangência da potência do inesperado, do imprevisível. O fortuito parece pouco importar, especialmente quando os encontros sequer são marcados em locais públicos, mas em locais privados como, por exemplo, na residência de um dos usuários. Dessa forma, não há encontro com pessoas diferentes, mas com aqueles que passam pelo crivo do usuário. Em terceiro lugar, o Grindr *possibilita*, em alguma medida, um novo tipo de ocupação do

espaço público (embora, como já exemplificamos, ela nem sempre venha a acontecer). Os homossexuais masculinos, que antes só tinham como referência de lugar de encontro o espaço marginal, encontram novas formas de se relacionar sem que com isso haja uma tensão com os modelos maiores. Não só nos guetos se reúnem os gays, mas nos grandes centros, nos espaços abertos, nos restaurantes etc. O “segredo” é revelado apenas para alguns, continuando desconhecido pelos demais. As relações que ocorrem no *Grindr* são controladas. Há um computador que permite ou proíbe acessos. A entrada a este novo reduto gay, invisível na materialidade do espaço físico, se dá por meio de uma cifra (decodificada pelo aplicativo) que organiza os homossexuais. Estes são, então, transformados em usuários.

Uma forma de aprofundar essas quatro questões seria rever o capítulo “A casa estranhada”, de Scott McQuire (2011). Dentre as questões trabalhadas pelo autor, aquela que diz respeito a “espaço relacional” é, ao nosso ver, a que melhor dialoga com a nossa intenção de estudar o *Grindr*.

A principal questão que o autor analisa diz respeito às novas dinâmicas do espaço e do tempo produzidas no que ele chamou de a “cidade midiática”. A cidade midiática é que abrange tanto “a dimensão histórica da relação entre a mídia e o espaço urbano moderno, como para conectar essa história com as mudanças promovidas pela convergência digital no presente” (McGuire, 2011, p. 57). A definição casa, em alguma medida, com as interpretações de Castells (1989 *apud* McGuire, 2011) sobre “a cidade informacional”. O que está em jogo, nesta forma de cidade, é o cruzamento da tecnologia digitalizada com o espaço da cidade: ambos se sobrepõem, se conectam de forma que já não há mais a aparente divisão entre um espaço “digital” e um outro, “real”. Ambos estão intimamente imbricados em uma malha só.

É assim que o autor nos apresenta o conceito de *espaço relacional*: “por espaço relacional, estou me referindo à condição contemporânea na qual o horizonte das relações sociais tornou-se radicalmente abertos” (McQuire, 2011, p. 57). Mais adiante, o autor acrescenta, tendo como plano teórico, Paul Virilio:

O espaço relacional é a condição do espaço social modelado pela experiência simultânea de velocidades radicalmente diversas: a sobreposição do que Virilio (1995, p. 144) chamou de velocidade “metabólica” do corpo, velocidade mecânica relativa dos veículos e a velocidade da luz “absoluta” das mídias e tecnologias de comunicação. O espaço relacional vem à tona quando a primazia, outrora dada à estabilidade dos objetos materiais, é re-emoldurada pelas relações variáveis estabelecidas entre velocidades distintas. (McQuire, 2011, p. 59).

É possível, então, relacionarmos essa questão de volta ao que Deleuze (2010) mencionou sobre as sociedades de controle. Uma boa imagem para voltarmos a essa questão é a que o autor nos deixou em seu ensaio: uma toupeira. Este animal representa as sociedades disciplinares cuja tarefa é a de percorrer buraco por buraco (ou instituição por instituição), um após o outro. Já o animal das sociedades de controle é a cobra que não mais habita um buraco de cada vez, mas que serpenteia todos ao mesmo tempo. As relações na cidade controlada ocorrem sempre de modo sem fim, de modo que o cidadão, em um “espaço relacional”, questiona a sua própria territorialidade moderna. De fato, o próprio McGuire (2011), reconhece o trabalho de Deleuze ao observar que, nas palavras do filósofo francês, “os ‘moldes’ espaciais fixos e estáveis da sociedade disciplinar deram lugar aos processos contínuos de modulação digital” (McGuire, 2011, p. 60).

Sennett (2011) também nos ajuda a pensar essa questão. Ele observa que o indivíduo só é capaz de prosperar nesse tipo de sociedade ao enfrentar três desafios. O primeiro deles diz respeito ao tempo. O sujeito, diante de uma situação em que as relações se dão em curto prazo e sempre se migra de uma atividade para outra, pode ser obrigado a “improvisar uma narrativa” e mesmo “a se virar sem um sentimento constante de si mesmo” (Sennett, 2011, p. 13). Já o segundo desafio diz respeito ao talento. Em uma sociedade em que tudo é exigido e descartado de tempos em tempos, uma constante atualização torna-se necessária. Dessa forma, incentiva-se a meritocracia¹², de modo que as velhas formas de massificação, base de uma identidade que abraçava a todos como iguais (algo tão característico das sociedades disciplinares), tornaram-se elementos a serem superados por meio da constante competição. O terceiro e último desafio, segundo o autor, diz respeito a abrir mão do passado, visando sempre às atualizações. Trata-se de uma personalidade que mais se assemelha ao “consumidor ávido de novidades” do que ao “proprietário muito zeloso daquilo que já possui” (Sennett, 2011, p. 14). Em suma, parece-nos possível fazer essas relações entre os textos de Sennett, de Deleuze e o conceito de “espaço relacional”.

No texto de McGuire (2011), assim como fizemos em nossas observações sobre o *Grindr*, há um reconhecimento dos perigos que a nova lógica das cidades traz consigo. O autor

¹² No que tange às meritocracias, vale ressaltar um novo regime de salários incentivado pela nova lógica da instabilidade: enquanto que nas sociedades disciplinares, objetiva-se o máximo possível para a produção e o mínimo possível para os salários, em uma sociedade de controle, a “empresa se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade, que passa por desafios, concursos e colóquios”, afirma Deleuze (2010, p. 225).

observa questões que não devem ser confundidas por um pretense otimismo das novas tecnologias. O fim da clausura, observa tendo Deleuze como plano teórico, não significa de modo algum uma pretensa liberdade. Mas, retomando uma citação do filósofo francês, “formas ultrarrápidas de controle ao ar livre” (Deleuze, 2010, p. 224). McGuire aponta uma citação do coletivo Mutiplicity (2005 *apud* McGuire, 2011, p. 60-61) para pensar tal: “uma proliferação dos limites, muros, cercas, limiães, áreas sinalizadas, sistemas de segurança e pontos de inspeção, fronteiras virtuais, zonas especializadas, áreas protegidas sob controle”. Eis o cuidado que devemos tomar ao pensarmos a cidade midiática e os espaços relacionais: não nos iludirmos com a aparente sensação de repovoamento das cidades privatizadas ou com a fugaz sensação de liberdade que os homossexuais experimentam ao *aparentemente* sair das zonas marginais.

Retomando a questão que brevemente tentamos trazer a este artigo, podemos pensar que no ambiente das anticidades, ao mesmo tempo que o espaço público é destituído de sua função original (Sennett, 2002), as trocas – que as cidades estabelecem em seu bojo – ganham novas formas de apropriações. Uma delas, certamente, é o uso das vias informacionais que se imbricam às malhas urbanas de tal forma que a cidade torna-se, enfim, midiaticizada.

O *Grindr*, nesse sentido, torna-se um espécie de dispositivo que possibilita espaços de troca e comunicação – mesmo que não fisicamente localizados. Todavia, pessimistas com as maravilhas das sociabilidades engendradas por tecnologias da comunicação, desconfiamos que há novas formas de controle nessa aparente ilusão de ocupação e de liberdade. Os homossexuais masculinos continuam marginais, longe dos espaços maiores instituídos pelas sociedades. Ao mesmo tempo que, no que tange à subjetivação, questão que prenunciamos no começo do artigo, o controle que o *Grindr* explora atua contra o “acaso poético” que vemos nos espaços públicos, o único espaço que apostamos ser capaz de, a rigor, produzir diferença.

Referências

BENJAMIN, W.. **Obras escolhidas vol. I:** magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENJAMIN, W.. **Obras escolhidas vol. III:** Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAIAFA, J.. **Aventura das cidades.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CAIAFA, J.. Aspectos do múltiplo nas sociedades de comunicação. **Contracampo**, Niterói, n. 22, p. 130-146, fev. 2011.

DELEUZE, G.. Post Scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F... Postulados da Linguísticas. In: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** vol. 2. São Paulo: Ed. 34, 1995.

FARIAS, J. A.. Prática Urbanística e Diversidade Sexual. Pode o urbanismo contribuir para a emancipação LGBT nos espaços da cidade? **Revista Advir**. Nº 28: “Diversidade Sexual e Universidade”, pp. 100-113, julho/2012. Rio de Janeiro: RA Mandula, 2012.

GRINDR. **Learn More**. Disponível em: <<http://grindr.com/learn-more>>. Acesso em: 12 Out. 2012.

GUATTARI, F.. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

HARVEY, D.. A liberdade da cidade. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**. Nº 26, pp. 9-17, 2009. São Paulo: USP, 2009.

LE GOFF, J.. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

MUMFORD, L.. **The city in history**. New York: Harverst Book Harcourt, 1961.

McGUIRE, S.. A casa estranhada. **Revista do Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ**. Dossiê: cidades midiáticas. V. 14, n. 01, pp. 27-66, 2011. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

NATENZON, C. E. Las plazas de Buenos Aires: apuntes para una investigacion. In: Mesquita, Zilá (Org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Universidade, 1995.

SENNETT, R.. **The fall of public man**. New York: Penguin Books, 2002.

SENNETT, R... **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Artigo recebido em 23 de julho de 2014 e aprovado em 03 de agosto de 2014